

A DIFUSÃO DE NOTÍCIAS NA MÍDIA ESCRITA BRASILEIRA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR: CENSURA, IMPRENSA ALTERNATIVA E O JORNAL MOVIMENTO

Douglas Porto da Silva (IC) e Paulo Rodrigo Ranieri Dias Martino Pinto (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar como eram produzidos e difundidos os conteúdos jornalísticos de cunho político do Jornal Movimento, importante semanário que foi veiculado entre 1975 e 1981. Sendo um dos principais opositores da Ditadura Militar, o Movimento contou com vários jornalistas, escritores e políticos ligados a seguimentos de esquerda, alguns com mandato vigente que integravam o grupo dos “autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde realizavam uma oposição mais crítica aos militares, diferindo-se dos “Moderados” que tentavam encontrar consenso nas decisões. Os primeiros anos de funcionamento do semanário entre 1975 e 1978, foram sobre a censura prévia, imposta pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5), onde o conteúdo publicado era submetido a uma avaliação prévia dos órgãos governamentais. A finalidade do projeto é apresentar por meio de análise de conteúdo e do discurso os assuntos, os termos utilizados e o embasamento crítico mostrados. Por força da lei, muitos assuntos não poderiam ser abordados, como críticas ao governo, reportagens sobre políticas públicas, ideologias como comunismo e socialismo, crimes cometidos na ditadura, condenação de políticos, dentre outros temas que pudessem subverter os leitores contra o regime político em vigência. Mesmo que por muitas vezes censura ou impedido de ter suas publicações na íntegra, o jornal sempre se empenhou em mostrar uma crítica concisa e realista sobre o momento vivido, tanto sobre a oposição, quanto a situação, afinal enxergavam que o jogo político estava em uma saturação completa e não existia um consenso para mudá-lo.

Palavras-chave: Imprensa alternativa. Ditadura. Censura.

ABSTRACT

This article has as main indicators and objectives the political indicators of the newspaper that stand out between 1975 and 1981. One of the main oppositionists of the Military Dictatorship, the Movement was attended by several journalists, writers and politicians The Democratic Council of the Movimento Democrático Brasileiro (MDB), carried out a process of defense of the public powers, differing from the Moderates who tried to find consensus in the decisions. The main years of operation of the weekly between 1975 and 1978 were on previous censorship, imposed by Institutional Act No. 5 (AI-5), where the content was submitted to a

government preview. In order to present the content of the content analysis and the discourse, the terms used, and the critical foundation shown. Impossibility of framing, how to make the government, denunciations about public policies, ideologies such as communion and socialism, crimes committed in the dictatorship, condemnation of politicians, among other subjects that could be subverted against the current political regime. Even if you have often been censored or prevented from having your publications in full, the journal will always be committed to showing a concise and realistic critique of the moment you have lived, both on an action and a situation, after all seeing the political game in a full saturation and there is no consensus as to how to change it.

Keywords: Alternative press. Dictatorship. Censure.

1. INTRODUÇÃO

Com a promulgação do Golpe Militar em 1964, iniciou-se no Brasil o período ditatorial que durou até 1985. Conhecida como a era onde os direitos sociais e civis foram suprimidos, ilegalidade dos partidos políticos, tortura sobre adversários políticos e censura da imprensa, podemos compreender que esse foi um dos períodos mais obscuros da história nacional. Vários atos institucionais foram deferidos nessa época, entre eles o Ato Institucional Número 5 (AI-5) que afetou a garantia da ordem democrática nacional em seu ponto mais forte.

O AI-5 foi baixado em 1968 pelo então Presidente General Arthur da Costa e Silva, onde a Presidência da República poderia declarar intervenção nos estados e municípios, sem limitações previstas na constituição, suspender os direitos políticos dos cidadãos por até 10 anos, cassar mandatos políticos em níveis federais, estaduais e municipais, determinar interventores federais, onde seriam os mandatários do governo por tempo indeterminado. Dentre tudo isso, a censura foi a principal arma do governo para centralizar o poder no executivo, já que impedia os veículos de comunicação de fazerem denunciais, tecerem comentários contra as ações governamentais, mostrar ações negativas do governo e atividades que consideravam subversivas.

A grande imprensa submeteu-se a autocensura e foi adiante, uma vez que “frequentemente os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre fugas ou atropelamentos de presos políticos, indiscriminadamente chamados de terroristas.” O Globo, em um exemplo, quando o país foi acusado de violação dos direitos humanos, apressou-se em defender os poderes constituídos. O jornalista Evandro Carlos de Andrade expressou a ambiguidade entre o governo e os veículos de comunicação, lembrando que a ditadura afagava com uma mão e batia com a outra: censura o conteúdo dos jornais e propiciava recursos publicitários, isenções fiscais, financiamentos e outros favores. (MARTINS & LUCA, 2006, p.111)

A imprensa alternativa protestava contra o momento vivido pela mídia. Era formada por jornalistas e políticos que contestavam a censura e o governo. Denunciavam crimes contra a liberdade individual, torturas, má administração dos recursos públicos, formavam opinião direta contra a ditadura, alguns faziam charges contra figuras do governo militar. Jornais e folhetins como Pif Paf (1964), O Pasquim (1969), Opinião (1972), Movimento (1975), entre outros, que lutavam diretamente contra a repressão imposta. Enfrentavam também o grande empecilho dos censores, mas sempre conseguiam passar alguma denúncia de maneira velada. Lutaram até o fim para ter seu trabalho divulgado e levar informações para a população.

O Jornal Movimento nasceu em 1975, após a dissidência de vários jornalistas de outro periódico da imprensa alternativa, o Jornal Opinião. Criaram o jornal dos jornalistas, por meio

de uma sociedade anônima, com o capital aberto pela venda de ações. Era defendida uma linha editorial amplamente democrática, capitaneada pelo seu diretor editorial Raimundo Rodrigues Pereira. Ficaram por quatro anos funcionando sob a censura, tendo inúmeras reportagens impedidas de serem publicadas.

O presente artigo teve como objetivo a elucidação do seguinte questionamento: como eram produzidas e difundidas as reportagens e artigos realizados pelo Jornal Movimento durante o período da ditadura militar brasileira? Para encontrar essa resposta, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa juntamente com a análise do discurso, em cima de dois artigos de cada ano em que o jornal passou sob a censura prévia do governo militar. Para garantir a autenticidade e qualidade dos resultados obtidos, as análises foram feitas em cima das referências bibliográficas e do referencial teórico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

a. CENSURA À IMPRENSA BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR

A censura por parte do governo militar foi o norte do relacionamento entre os meios de comunicação e o poder estatal. Com uma clara guerra ideológica anunciada, o mundo estava dividido entre os partidários do materialismo, difundido pelas ideias ateístas de Karl Marx e Friedrich Nietzsche e os que acreditavam no espiritualismo, fundado na fé, nas confissões religiosas e na tradição do cristianismo. Os militares brasileiros estavam alinhados com a doutrina espiritualista, fato consumado na Constituição Brasileira de 1967, onde invoca a “proteção de Deus” em seu preâmbulo. Era a anunciação do motivo que causaria o embate com os jornais, dominados segundo eles por esquerdistas e simpatizantes da doutrina comunista. (BUZAID, 1972, p.7-8 apud CARVALHO, 2014, p.81).

Com o avanço do comunismo pelo mundo e o grande poder que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas possuía com sua cortina de ferro no leste europeu, o Brasil se alinhava cada vez mais com os Estados Unidos da América e sua política imperialista. Com a influência que os jornais exerciam na formação de opinião, o governo achava que eles poderiam penetrar na sociedade o imaginário comunista, os convertendo contra o estado de direita conservadora que estava à frente do país. A censura por meio da Doutrina da Segurança Nacional, foi o principal mecanismo de neutralização do ideário das forças inimigas na guerra permanente que se estabelecia. (MARCONI, 1980, p.17 apud CARVALHO, 2014, p.82)

Durante a Ditadura Militar existiram várias etapas que determinaram a destruição de boa parte da imprensa brasileira. Os jornais estudantis, sindicalistas, socialistas e outras grandes publicações jornalísticas, como a Última Hora de Samuel Wainer foram tirados de circulação.

Era uma cadeia de jornais, com edições em várias capitais, cuja fundação, em 1950, havia sido apoiada pelo presidente Getúlio Vargas. Última Hora era um jornal político. Apoio o governo Vargas eleito em 1950, até o suicídio do presidente, em 1954. Depois, apoiou também o governo do herdeiro político de Vargas, João Goulart até sua deposição pelo golpe militar de 1964. Era um jornal vibrante, com ampla cobertura noticiosa, nacional, internacional e local, abrindo um espaço inédito na grande imprensa para notícias do movimento sindical e movimentos populares, como os das associações de bairro e outras reivindicações das comunidades. (AZEVEDO & AMARAL & VIANA, 2011, p.69)

Após a censura inicial, houve outros momentos nos quais o governo determinou o que podia ou não ser publicado. Somente em 1968 com o decreto do Ato Institucional de Nº 5, que suspendeu todas as liberdades individuais previstas na constituição, permitindo que os generais no comando da Presidência da República comandassem por atos, que não passavam por aprovação do Congresso Nacional.

Em 8 de setembro de 1970, uma extensa lista de normas foi apresentada a delegados da Polícia Federal, com uma série de recomendações aos jornais brasileiros, como reproduz o jornalista Maurício Maia de Souza em dissertação de mestrado: Incluía vetar notícias “falsas” ou sensacionalistas, testemunhos em off, de fontes anônimas, comentários dos punidos pelos atos institucionais ou ligados a entidades estudantis dissolvidas. Também era proibido relatos de ações e religiosos que criassem tensões ou choques, greves e movimentos operários capazes de promover a subversão da ordem e, claro, notícias sobre todo tipo de repressão: cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, prisões e torturas. (SOUZA, 1999)

Em 29 de março de 1971, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid reafirmou os assuntos proibidos: As referentes a campanhas de revogação os atos institucionais, especialmente o AI-5: os de “inconformidade com a censura”; de “contestações ao regime vigente”; as “notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil no exterior”; as “notícias para agitar meios estudantis e sindicais”, “sobre censura e pressões políticas”; a “descrição minuciosa de crimes ou atos sociais”; as “notícias sobre tensões de natureza religiosa”; as “que coloquem em perigo a política econômica do governo”. A “divulgação alarmista de movimento subversivos em países estrangeiros, bem como divulgação que venha indispor o Brasil com nações amigas”. (SOUZA, 1999)

b. Imprensa Alternativa

A imprensa alternativa surge no período ditatorial brasileiro, moldando-se na vontade de resistir aos órgãos censores do governo militar, que por estratégias políticas e para controle geral da nação, ditavam o que deveria ser veiculado midiaticamente. Formaram o conjunto de

jornais e jornalistas que não aceitavam a subversão do regime, se organizando e trabalhando para a divulgação de informações que denunciavam os fatos repugnantes que aconteciam durante o período. A sobrevivência nas redações não foi nada fácil. A perseguição por parte do poder público era intensa, com prisão de editores, bombas nas redações, apreensões de edições inteiras, censura e cortes que atingiam boa parte dos materiais produzidos. (MARTINS & LUCA, 2006, p.111-112)

Os alternativos propagaram uma verdadeira revolução na época. Mesmo com os diversos fatores contrários, mudaram a maneira de fazer jornalismo no Brasil. Introduzindo uma nova estruturação nos jornais, incluindo novas temáticas, pautas e uma nova visão em relação a produção de conteúdo. Surgiram de uma união de jornalistas que compartilhavam um espaço de ação social e de dogmas jornalísticos. Aliando os interesses de realizar uma abordagem jornalística diferente da tradicional, e o acadêmico pluralista de organizações de esquerda e democráticas do período.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra nexos dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos na forma de um inconsciente coletivo. (KUCINSKI, 1991, p.6-7)

Com forte veia político-ideológica, implementaram uma nova visão sobre as pautas a serem abordadas nos jornais. Focaram em temáticas de grande importância para a população, que não recebiam a devida atenção, assim realizando previsões pontuais para a política do país.

Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo ainda em 1973 e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os boias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam temas clássicos das esquerdas, como o do caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura. (KUCINSKI, 1991, p.5)

c. Produção jornalística e censura no Jornal Movimento

O Jornal Movimento nasce de uma dissidência do Jornal Opinião, onde os profissionais migraram e criam “o jornal feito por uma empresa de jornalistas”, como se denominavam. Sem contar com o capital de grandes grupos econômicos, acreditavam que fazer jornalismo não era apenas descrever o mundo, mas transformá-lo. Contavam com a direção editorial de Raimundo Rodrigues Pereira.

O Movimento se enquadrava em todas as características de periódicos considerados subversivos pelo governo militar. Seu corpo de jornalistas e colunistas era formado basicamente por progressistas, comunistas, socialistas e simpatizantes de movimentos de esquerda. Alguns exemplos são: Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque de Holanda, Orlando Villas-Boas, Hermilo Borba Filho, André Foster, Perseu Abramo, Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré, Chico Pinto, Chico de Oliveira, Fernando Peixoto, Edgar da Mata Machado, Moniz Bandeira, Jacob Gorender, Elias Andreato, Audálio Dantas, Marcos Gomes, entre outros.

A proposta do jornal consistia em unir várias correntes de esquerda, atraindo tanto militantes que haviam se afastado da luta armada como grupos novos que se animavam com o surgimento do novo jornal, vendo nele um espaço em que seria possível o exercício da ação política em um plano mais geral. (CHINEM, 1995, p.73)

O programa editorial do Jornal Movimento sempre foi explícito. Contrário a ditadura, defendendo os interesses nacionais, colocando-se a favor das liberdades democráticas, a favor da melhoria da qualidade de vida da população, contra a exploração do país pelo capital estrangeiro, lutavam pela divulgação da cultura popular e a defesa dos recursos públicos. O periódico também selou a união com o grupo autêntico do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo composto pelos parlamentares que compartilhavam de ideais mais revolucionários contra a ditadura, fazendo uma forte oposição e pressionando os militares do palácio do planalto e os políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em sua primeira edição, já sofreu com um decreto expedido em 1º de julho de 1975 pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, onde anotou a apreensão do primeiro número do jornal, instauração de inquérito policial, para o enquadramento na Lei de Segurança Nacional e o estabelecimento de Censura Prévia. Tudo isso foi feito, pois, o espelho do jornal trazia uma matéria que supostamente insinuava como incendiar vagões dos trens da Central do Brasil e incitava o povo a depredá-los.

A dificuldade para concluir o primeiro número do jornal foi intensa, pois, a censura governamental proibiu a veiculação da maioria do material que estava pronto. O esforço para suprir os “buracos” da tesoura não foi pequeno; os censores vetaram nada menos que quatro propostas de capas do jornal,

além de 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges. (AZEVEDO & AMARAL & VIANA, 2011, p.12)

O jornal em sua estreia já provocou debates sobre política, acordos firmados pelo Brasil, assuntos de relevância econômica, assim trazendo em sua essência o debate político popular.

Diversos setores da sociedade desde o início identificaram o jornal como uma janela par ao debate político e lhe dera respaldo, como os militantes e intelectuais de esquerda das mais variadas tendências e partidos. Foi o caso também dos católicos mais ligados à população pobre, aos movimentos eclesiais de base, com ação em sindicatos de trabalhadores e movimentos de bairro, que apoiados no jornal deram impulso à oposição sindical metalúrgica, ao Movimento de Vida em São Paulo e aos movimentos em defesa dos trabalhadores rurais sem-terra, posseiros e índios. (AZEVEDO & AMARAL & VIANA, 2011, p.35)

O Movimento transcendia a simples afirmativa pura e simples institucionalizada de jornal. Era um manifesto político em forma de reportagens, denúncias, artigos e colunas. Era uma espécie de tanque de guerra informacional contra a ditadura militar. Todos os jornalistas e colaboradores se reuniram em torno de um projeto organizacional para ajudar no reestabelecimento da democracia no país.

Certamente, os acionistas de *Movimento* não tinham esperanças de obter dividendos e lucros de suas ações. Eles estavam conscientes de que colaboravam para um projeto político que por meio do exercício do jornalismo fosse um instrumento de apoio à democratização que a sociedade já fermentava. Assim, *Movimento* nascia com uma ampla base social. Era o “jornal dos jornalistas”, mas era mais que isso, era um projeto de oposição à ditadura. (AZEVEDO & AMARAL & VIANA, 2011, p.35)

3. METODOLOGIA

a. Análise de Conteúdo Qualitativa

A análise de conteúdo estabelece uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar conteúdo de toda uma classe de documentos e textos.

Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p.9)

As técnicas contidas na análise de conteúdo, possibilitam a verificação de sentido dos processos de construção e apresentação do conteúdo jornalístico que será analisado.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.47)

A utilização desse procedimento, tem por objetivo elucidar os fatos de bases teóricas e situacionais que levaram a concepção da produção do conteúdo. Constitui-se além do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999, p.9)

Em sua via qualitativa, a análise de conteúdo não visa apenas mostrar números ou estatísticas comprobatórias, parte de um pressuposto para entender como a questão estudada se desenvolve.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58)

A análise de conteúdo qualitativa, fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os meios sociais e a situação na qual estão inseridos. Objetiva-se em compreender detalhadamente as atitudes, valores e motivações que determinam o comportamento das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2002, p. 65)

b. Análise do Discurso

A escolha por aliar a análise de conteúdo a análise do discurso, ajuda a elucidar de uma maneira mais ampla os resultados que visam ser obtidos pela pesquisa, aliando a percepção de sentidos e a significação do discurso.

A análise do conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. (ORLANDI, 2003, p.17)

Aliado a percepção de sentidos que a pesquisa se propõe a produzir, a análise do discurso adentra a relação entre o meio social e o discurso. Seu uso visa encontrar os significados por meio da linguagem utilizada para dinamizar os sentidos elucidados no texto.

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. [...] A Análise do discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2003, p.15-16)

Aplicado ao jornalismo, a análise do discurso serviu para a concepção de sentidos nas edições analisadas, permeando a concepção dos resultados da tese central da pesquisa.

O primeiro tipo de pesquisa para o qual a Análise do Discurso é um método adequado diz respeito à análise dos sentidos do discurso jornalístico. É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. (LAGO, BENETTI, 2010, p.111)

As propostas realizadas para a concepção da pesquisa foram as seguintes:

- Leitura da bibliografia proposta no projeto, permeando o ambiente jornalístico e político na época da Ditadura Militar no Brasil.
- Leitura das edições do Jornal Movimento publicadas entre os anos de 1975 a 1978, na qual vigorava a censura prévia.
- Para encontrar as respostas, foi utilizada uma metodologia qualitativa a partir dos métodos de análise de conteúdo e do discurso, utilizando um artigo ou reportagem de cada edição selecionada. Sendo uma por semestre, dos anos de 1975 ao primeiro semestre de 1978, período de censura prévia, que sejam de cunho político, para estabelecer seu conteúdo, críticas contidas, opinião dos jornalistas, a linguagem utilizada, charges, meios de fuga para representar algo proibido, e a maneira com a qual o jornal veiculava termos e assuntos proibidos pelos censores.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Edições do Jornal Movimento analisadas e seu contexto perante as proibições do AI-5

Edição	Reportagem/Artigo	Fere os princípios do AI-5?
Ed. 02 - 14/07/1975	“O Brasil: Novos Partidos?”	Sim, por fazer críticas diretas a Arena.
Ed. 10 – 08/09/1975	“Filosofia da pressa”	Sim, por fazer críticas diretas ao presidente Ernesto Geisel.
Ed. 27 – 05/01/1976	“Distensão: Em nome dela o MDB recuou e a Arena não avançou nada”	Sim, por fazer críticas diretas a Arena, ao MDB e a presidência.
Ed. 62 – 06/09/1976	“O Canecão apresenta O SHOW DA ARENA”	Sim, por fazer críticas diretas a Arena e ao Presidente Geisel.
Ed. 84 – 07/02/1977	“Dois dias depois da posse, A cassação do vereador Glênio Perez”	Sim, pois crítica diretamente o AI-5, o judiciário e o ministro da justiça.
Ed. 117 – 28/09/1977	“Diálogo e Constituinte: A direção emedebista acende uma vela ao governo e outra à oposição”	Sim, por criticar o regime político vigente, ao AI-5, ao MDB e a Arena.
Ed. 141 – 13/03/1978	“Cassados (Para sempre?)”	Sim, pois critica diretamente ao judiciário, ao AI-5 e o sistema político vigente.

Fonte: análise realizada pelo autor.

a. Edição Nº02 de 14 de julho de 1975

A segunda edição do Jornal Movimento traz o artigo "O Brasil Novos Partidos?", que trata sobre a estrutura bipartidária vigente na época. O governo militar estaria insatisfeito com a Arena que não conseguia desempenhar o papel para que foi criada, o de ganhar eleições. Para dar robustez ao partido, dividiria o sistema em três blocos: O primeiro seria composto pela ala mais conservadora e radical da Arena, o segundo pela ala liberal juntamente com os mais moderados do MDB e a terceira com os radicais do partido oposicionista, formando uma ala de esquerdistas organizados.

O jornalista Marcos Gomes cria uma linha de discussão muito enfática na crítica sobre as ações do governo. Utiliza termos como “incompetente” para definir o jogo político ineficiente da Arena e diz intrinsicamente que o governo “joga” com os arenistas. Em uma passagem, cita que setor mais radical do MDB dispara perigosamente suas teses contra o governo e se recusa a operar dentro dos limites políticos que os militares dispunham naquele momento.

O principal ponto é quando cita que o “mero desejo governamental” na criação de novos partidos não ajudaria, afinal o governo para manter sua estrutura de poder desejaria criar por si só as novas agremiações. É perceptível a fundamentação crítica sobre a distensão política provocada pelo governo militar e a submissão do MDB sobre ela, principalmente na citação sobre como o partido foi conivente com a diminuição da atuação da oposição e nada fez para contestar isso, complementando a ideia do jornalista, de que o MDB estaria ajudando mais o governo do que a Arena.

A reportagem em sua tese, define os objetivos dos arenistas, que era salvar o partido do limbo institucional que ele estaria entrando, recuperando seu duplo papel: ganhar eleições e cumprir sem resistências as diretrizes do sistema. É citado falas do presidente Geisel e do deputado José Bonifácio de que arena iria vencer as próximas eleições, utilizando amplamente dos recursos das sublegendas para resolver as contradições internas. Claramente o jornalista mostra a real face do partido governista: ganhar e dominar o sistema a qualquer custo e a qualquer preço. Dentro de uma ditadura, o partido da situação perder o controle sobre o sistema é algo considerado grave. Eles não podiam permitir isso. O pluripartidarismo naquele momento decretaria o fim da Arena e de seu jogo de ambição, então a manutenção do bipartidarismo, para eles, era inerente para a manutenção do poder.

b. Edição Nº 10 de 8 de setembro de 1975

A décima edição do Jornal Movimento, traz o editorial intitulado “Filosofia da Pressa” que trata da visita do presidente da república General Ernesto Geisel a Amazônia. O editorialista destaca a fala do presidente que afirma que a pressa e falta de infraestrutura são responsáveis pelos problemas sociais surgidos na região. O jornal faz uma crítica a fala do general, dizendo que o presidente não esclareceu ao que queria se referir dizendo isso.

É debatido pelo jornal exemplos como a construção da Transamazônica e a transferência por parte do governo de colonos nordestinos para as suas margens e destacam que o presidente por meio do Ministério da Infraestrutura consideravam essas atitudes “irresponsáveis” e fazem um destaque para o termo, afirmando que alguns jornais e jornalistas destacaram ao máximo ele e as consequências da construção da estrada, que seria uma tentativa de entusiasmo e promoção governamental do que uma real solução para o problema dos nordestinos e para o transporte.

A crítica continua com uma análise de como a ocupação do território amazônico precedeu-se independente da construção de estradas. É debatido que as grandes fazendas agropecuárias estimuladas pelo governo, são grandes responsáveis pelas tensões sociais criadas entre os povos da floresta. O governo militar apoia a instauração do latifúndio na região, que acarreta na ocupação da região por gados e não pelo homem, o que posteriormente se confirmou como grande causador do desmatamento e conflitos armados por disputa de terras na Amazônia.

Outro exemplo de pressa ou falta de infraestrutura que o jornal aplica é a construção da hidrelétrica Curuá-Una, no município paraense de Santarém, que foi uma das razões da visita do presidente para ser inspecionado o trabalho feito ali, que já perdura por 12 anos. Serão quatro unidades de 10 mil kW/H, que se tinha por previsão a entrega da primeira em 1976 e as outras não se tinha previsão.

O jornal coloca o presidente Geisel como um mandatário sem autoridade sobre as atitudes de seu governo. Tudo isso pode ser resumido pela charge utilizada no editorial que mostra o general com uma face séria, com um dedo erguido, reafirmando sua posição autoritária, mas descontextualizada por sua falta de conhecimento sobre os temas abordados e as políticas de povoamento do solo amazônico ditas com equivocadas pelo jornal.

c. Edição Nº 27 de 05 de janeiro de 1976.

Na primeira edição do Jornal Movimento em 1976, foi veiculada a reportagem “Distensão: Em nome dela o MDB recuou e a Arena não avançou nada” de Fátima Murad. Ela faz uma análise sobre as atividades políticas de 1975, apresentando no começo do texto uma crítica ao Congresso Nacional que iniciou o ano “sob a égide da distensão apresentada pelo presidente Geisel de uma intensa euforia decorrente do conceito que lhe procuravam atribuir”. Os generais tratavam os congressistas com o respeito que eles desejavam, apenas para conseguir ter um ponto de paz na condução do jogo político.

Para o MDB aquele era o momento do agora ou nunca, após a vitória simbólica nas eleições de 1975. Mas em um inquérito aberto no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dois deputados paulistas que estavam entre os mais votados, Marcelo Gatto e Alberto Goldman, foram acusados de serem eleitos com ajuda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época estava em situação ilegal. É citado que o MDB tomou isso como uma provocação e não deu atenção. Após isso o partido chamou o ministro da Justiça Armando Falcão a ir à Câmara, para responder sobre a situação dos presos políticos. Para convocar o ministro eram necessários 183 votos, o MDB possuía apenas 160. Situação que acabou escancarando uma crise nos oposicionistas, já que alguns avaliavam que aquele não era o momento para isso.

A jogada errada do MDB acabou com a possibilidade de convocação de novas CPI's. o que acabou agravando o mal-estar entre os moderados e autênticos, trazendo a velha guerra da oposição à tona. A jornalista cita que esse episódio acabou gerando inconsistência do MDB diante do primeiro problema que se colocou à sua frente. Complementa dizendo que a reabertura política deixou de ser um fim em si próprio e foi trocada por conceito de “distensão”, colocado entre aspas, que no fim serviu para justificar os recuos da oposição diante do sistema. O tom central da crítica mais forte por parte da redatora, se dá pela falta de jogo político que a oposição dispunha, no fim fazendo o jogo do governo e não ajudando de maneira alguma na reabertura do sistema político.

Situação essa que serviu para o MDB ser atacado pela Arena em pleno plenário, e ser acusada por inúmeras vezes de estar aliando-se com os comunistas. O deputado Marcos Freire citou que para evitar a ascensão dos comunistas, era dar-lhes representatividade. O que naquele momento jamais seria colocado em prática. Primeiro que a influência norte-americana no governo brasileiro era absoluta e segundo que em plena guerra fria, o Brasil que necessitava do apoio dos Estados Unidos, jamais deixaria comunista algum ter voz no país. Logo após o seu discurso, o deputado Marcos Freire foi citado no processo do DOPS, que dizia que os comunistas tinham por objetivo a eleição de candidatos comprometidos com as teses de redemocratização do Brasil e derrotar os que se apresentavam como defensores do atual regime político.

Todo esse ambiente é mostrado na reportagem como uma inconsistência geral da oposição perante o governo. Acreditar em distensão e não ver o real problema político, era algo mostrado como extremamente errado. Mesmo com a vitória geral do MDB nas eleições de 1975, o partido não soube aproveitar a influência que tinha, deixando ser dominado pelos arenistas e seus discursos de tomada de poder por forças comunistas. A jornalista ainda mostra que toda a disputa entre os autênticos e moderados, as tensões internas do partido e a falta de objetividade política, foi um prato cheio para a Arena. Quando ela cita abertamente a denúncia atribuída pelo DOPS, mostrou uma inconsistência entre a prática e teoria. Tudo o que era denunciado, o MDB estava fazendo o contrário. Eles desejavam mais uma política de coalizão com os arenistas do que receber apoio dos revolucionários, principalmente a ala moderada. Não ter uma oposição forte e concisa, foi determinante para o governo lançar Atos Institucionais, manter presos políticos e a inaceitabilidade da anistia.

d. Edição Nº 62 de 06 de setembro de 1976.

A veiculação inicial de setembro de 1976, traz a reportagem “O Canecão apresenta O SHOW DA ARENA”, na sessão “O Brasil”. O jornalista Carlos Pastore inicia apresentando a motivação que levou a isso. A Arena buscava aproximar-se do Carioca e para isso, montou um grande comício, com vários políticos e com a participação de algumas baterias de escola de samba, numa clara tentativa de aculturação. É destacado no segundo parágrafo a fala do cantor Jorge Goulart, que diz não ter ganho cachê, mas como um democrata, também cantaria numa festa do MDB. Em interpretação, destacar esse ponto, leva ao entendimento de que às pessoas que ali estavam não possuíam uma motivação ideológica ou alinhamento com a Arena, mas sim entoavam uma leve ingenuidade sobre a questão.

O texto continua a informar que o público não chegava a um terço da capacidade de 4.200 lugares da casa de show e que estava inaugurando uma nova modalidade de comício eleitoral: em recinto fechado. É possível perceber que a popularidade do partido governista não andava bem. Eles eram estranhos para a população, que por livre e espontânea vontade, não iriam prestigiar políticos que não caminhavam com o povo. Um

comício em lugar aberto, com grandes multidões, como acontecia com Getúlio Vargas, já não era possível. O regime político proposto pela Arena era excludente e a visão informativa do jornal transpassa isso quando descreve o ato político em questão, mesmo que em uma passagem tímida e breve. A caricatura na coluna central da reportagem, ilustra a opinião do repórter. Retrata um político arenista, com trajes típicos de um sambista, usando uma camisa listrada, calça branca e chinelos, com um pandeiro escrito “Arena” e cantando a música “Mulher brasileira em primeiro lugar”. A caracterização central da reportagem, a tentativa de popularismo que o partido governista ensaiava ali.

O subtítulo “Mais de mil palhaços no salão” ilustra a tentativa de recuperar a imagem abalada do deputado estadual Édson Guimarães que se envolveu em um escândalo amoroso, que acabou pode desafiar a polícia e o do Senador Vasconcelos Torres, mais conhecido como senador do povo, o único arenista do estado no cargo, que caminhava pelas áreas mais necessitadas para ouvir as necessidades da população. Logo após desafiou o MDB a conseguir fazer um evento daquela magnitude. Exemplificado que as tentativas de união partidárias feitas ali, proferidas pelo deputado Célio Borja que entravam em conflito com as falas do presidente Geisel, que se empenhava em promover a radicalização eleitoral. Ora, em uma interpretação livre, o artigo em si prega que existia uma divisão entre os subalternos do partido e o grande escalão presidencial. Enquanto um pregava todo um populismo exagerado o outro desejava isolar-se e radicalizar a disputa política, fortalecendo a ditadura.

No fim, é mostrado que os chamados “foliões arenistas”, satirizado pelo jornalista para não os chamar de políticos, não se incomodaram com a proibição do Código Eleitoral que proibia propaganda após às 22h e deixaram o Canecão, uma casa que segundo a matéria abriu as portas para o MDB em 1974 e que estaria sofrendo ameaças para deixar o terreno onde está instalado, que é de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde acabou abrigando a festa arenista por esta razão. Estas últimas informações dispostas, deixam claro que nem todas as casas de espetáculos cariocas estariam dispostas a dar espaço para a Arena propagar suas ideias e nem estariam em aliança com partido.

e. Edição Nº 84 de 07 de fevereiro de 1977

A primeira edição de fevereiro de 1977 traz uma reportagem sobre a posse dos novos prefeitos e vereadores eleitos na última eleição de 15 de novembro de 1976. Intitulada “Dois dias depois da posse, A cassação do vereador Glênio Perez”, ela retrata os abusos políticos feitos em algumas partes do país por parte dos militares que não aceitavam os discursos sobre a abertura política do regime. Chama atenção por conter vários trechos censurados previamente preenchidos por dizeres “Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático” ou “Neste começo de ano dê Movimento de presente”.

O primeiro caso retratado é o da prisão do vereador Augusto Fernandes Gaeta de Corumbá-MS. A reportagem se inicia retratando as movimentações dos políticos eleitos pareciam indicar uma fresta de luz no fim do túnel para o fim de uma política de cartas marcadas, mas isso não animou ou movimentou os deputados mandatários de Brasília. A reportagem segue mostrando as motivações para a prisão do vereador, onde criticou a nomeação de prefeitos nas capitais e em áreas de segurança nacional (que era realizada pelos Governadores estaduais como uma prática comum na política ditatorial da época) e também disse que os administradores de sua cidade eram despreparados e irresponsáveis. O jornal destaca o discurso para exemplificar a motivação que levou a irritação do comandante do VI Distrito Naval contra-almirante Alfredo Karan, que por descontentamento deu voz de prisão para o vereador.

Depois é apresentado o ponto chave da matéria, a cassação do vereador de Porto Alegre, Glênio Perez do MDB-RS. A nota distribuída pelo Palácio do Planalto é mostrada na reportagem, exemplificando que o Presidente da República fez uso das atribuições estabelecidas pelo AI-5 para tirar seu mandato e cassar seus direitos políticos por 10 anos. A explicação para a motivação da cassação que a reportagem traz é de que Glênio Perez teria sido “contestatório aos princípios revolucionários”, segundo o Palácio do Planalto.

A crítica por parte da reportagem continua exemplificando que o comunicado realizado por meio do Ministério da Justiça que trazia a cassação, tinha apenas seis linhas, não possuía assinatura e apenas contava com o carimbo do gabinete do ministro Armando Falcão e não citava o instrumento que levou a isso, o AI-5. Apenas era citado que o Presidente da República após ouvir o Conselho de Segurança Nacional assinou o decreto cassando os direitos políticos do vereador. O fundamento crítico estabelecido pelo jornal é além da cassação por parte dos instrumentos do Palácio do Planalto. Se dá pela não apresentação de provas contundentes e pela ocultação do Ato Institucional de Nº5 dos autos do decreto.

f. Edição Nº 117 de 28 de setembro de 1977

A última edição de setembro de 1977, traz um artigo sobre a decisão do MDB em apoiar uma nova Constituição por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte, na coluna “Ensaio Populares” que é redigida pelo editor do jornal. O título “Diálogo e Constituinte: A direção emedebista acende uma vela ao governo e outra à oposição” traz uma crítica infundada às decisões dos emedebistas em não serem enérgicos na tomada de decisões, assim não ameaçando o governo, não criando um embate direto.

Em seu lead, o artigo resume a decisão obtida na Convenção Nacional Extraordinária do MDB e tece opiniões como a utilização do “finalmente” após dizer que o partido adotou a

decisão de apoiar uma nova Constituição, assim francamente apoiando a questão e dialogando que este é o caminho para a normalização democrática da vida política no país.

O artigo continua defendendo que as decisões tomadas na convenção são uma “vitória inequívoca” das bases do MDB, como o grupo do autênticos e dos liberais combativos, que desde a criação do Movimento são ferrenhos apoiadores e possuem grande base política dentro do jornal, assim alinhando suas perspectivas e visões políticas. Afirmativa que pode ser vista nos dizeres que esses setores do MDB lutaram pelo ideal da constituinte e não endossaram o diálogo com a Arena, nem os projetos econômicos alternativos ou uma constituição prévia, planos que eram defendidos pelo grupo dos moderados, que no artigo são citados como forças que acirrarão o caminho até a constituinte e como “obstáculos” que impedem a promoção de políticas mais combativas.

O editor reprova veemente a decisão do partido em silenciar-se sobre as liberdades democráticas tiradas pela ditadura. Ao mesmo tempo em que a Convenção elegeu a Assembleia Nacional Constituinte como o único caminho para reorganizar o país democraticamente, foi “reticente em relação aos pressupostos sem os quais está Assembleia jamais será soberana, livremente eleita e representativa”. O ponto crítico do jornal é claro nesta perspectiva. Ao não levantar temas como uma anistia que se estenda a todos os brasileiros que estão exilados, presos ou anistiados politicamente ou quando não cita que sejam asseguradas as liberdades democráticas e políticas de organização de novos partidos, o MDB, na visão do editor faz francamente uma política não combativa contra as decisões ditatoriais do governo militar, fazendo um alinhamento político não direto com o regime.

O ponto crítico do artigo se dá no apoio do fortalecimento conferido pelo MDB aos mecanismos de defesa do Estado.

O problema básico dos “mecanismos de defesa do Estado” consiste, porém, em saber que Estado defende e contra quem defende-lo. Se a oposição e o governo discordam acerca do caráter democrático ou não do regime atual, como pode concordar acerca dos “mecanismos” de sua defesa? (DIÁLOGO, 1977, p.2)

A fundamentação da opinião do jornal se dá no apoio que os moderados e adesistas do MDB insistem em disponibilizar para o governo. É visível que o Movimento não compactua com a política de conciliação que esses segmentos do partido insistem em fazer, não sendo de maneira alguma oposição, mas sim apenas mais uma vertente apoiadora dos mecanismos de defesa que retiraram direitos políticos, caçaram, torturaram e instauraram uma ditadura no país.

g. Edição Nº 141 13 de março de 1978

A edição traz a reportagem “Cassados (Para sempre?)” da jornalista Vera Lúcia Manzolillo. Trata-se sobre a votação no Supremo Tribunal Federal (STF) que negou a filiação

partidária de três políticos do Rio Grande do Sul: Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre, Ajadil de Lemos, ex-vice-prefeito e Wilson Vargas, ex-deputado federal, todos do MDB. A contextualização da crítica inicia-se com a afirmação de que as penas de cassação de mandato e suspensão de direitos políticos já haviam expirado, mas que mesmo assim o STF votou positivamente para a sua continuidade.

É destacada a fala do relator do processo Ministro Dijaci Falcão que manteve a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. “O AI-5 não é perpetuo, é norma política transitória”. A utilização dessa aspa, apoiado posteriormente na opinião do ministro que diz se a lei for demasiada severa, que o Poder Legislativo a mude, exprime a opinião clara do jornal de não ter concordância nenhuma com o Ato Institucional de Número 5, nem com suas prerrogativas. A reportagem deixa claro que uma vez revogado, os seus incisos que proíbem a filiação partidária pelos atingidos pelo ato, cairão juntamente. É lembrado pela reportagem que a Constituição refuta os incisos do AI-5, não proibindo a filiação de cassados políticos.

A jornalista cita que já era esperado que a decisão final negasse a acolhida dos políticos. Ela utiliza de uma aspa citando uma opinião comum de vários advogados, atestando que o Supremo Tribunal Federal é mais rígido que o Superior Tribunal Militar. Ela sustenta sua opinião dizendo que os juízes do STF são de “orientação técnica”, aceitando que a lei de exceção não é de competência do judiciário, que deve apenas cumpri-la. Simplificando e entendendo a colocação, o judiciário não iria julgar a competência da lei ou o que ela causa, apenas aplicam sem contestação.

A ideia final do artigo e da jornalista, é de simples entendimento: O STF não quer julgar algo que acha de obrigação do governo. Mas não que este queira cumpri-la.

Quatorze anos depois de aplicadas as primeiras punições, ainda não há nenhum indício firme da área governamental de uma solução para a reintegração dos cassados à vida política, mesmo para as centenas deles que nunca responderam a processos jurídicos e cujas penas de suspensão de direitos políticos já foram cumpridas. (MANZOLILLO, 1978, p.2)

O posicionamento é condizente com a linha política estabelecida pelo jornal desde a sua concepção, a defesa dos direitos políticos suprimidos pela ditadura. É o primeiro texto analisado onde isso fica visível. O desfecho mostra claramente a falta de esperança que exista mudanças por decisões de um governo que suprimiu tudo o que pode, deflagrando os Atos Institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exercer a prática jornalística em tempos sombrios politicamente, foi o desafio dos profissionais do Jornal Movimento. A Ditadura Militar tinha por objetivo mascarar toda a realidade abrupta vivida no Brasil. A mídia tem como seu principal papel mostrar com objetividade a realidade. Com visões de mundo distintas, encontramos o ponto de divergência

entre os dois polos. Como produzir reportagens críticas com órgãos censores vetando todas as possibilidades? Como levar a população a reflexão e ao pensamento político independente com as amarras governamentais? Questionamentos que aguçaram à vontade e determinaram o caminho a ser trilhado pelo semanário: o combate.

Aliar o determinismo jornalístico com forças oposicionistas, foi o caminho escolhido pela direção editorial de O Movimento. Com militantes comunistas, simpatizantes de movimentos de esquerda e com o apoio do grupo autêntico do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o jornal aliou a técnica e a percepção de mundo do jornalismo com a experiência e a polidez política. Ter dentro do Congresso Nacional aliados que a todo momento fornecessem informações exclusivas, dados e pudessem ainda contribuir com artigos críticos, foi o grande diferencial na luta ideológica do periódico.

A luta que travaram pela anistia política, pela garantia de julgamento justo pelos políticos cassados, por uma Assembleia Nacional Constituinte que fizesse uma constituição cidadã, contra a parcialidade do judiciário brasileiro, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), que nada fazia contra os mandatários do governo federal e ainda permitia atrocidades, como os julgamentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que por muitas vezes torturava e matava presos políticos. Todos esses fatos direcionaram a linha editorial para além da informação, mas para um entrave constante contra o governo, levando a população a reflexão de que tudo o que acontecia era um ataque aos direitos humanos, a democracia e a liberdade de expressão.

Sendo assim, o Jornal Movimento criava suas narrativas jornalísticas com um forte embasamento teórico e grande apoio de forças oposicionistas. Suas páginas serviram como uma tribuna popular que resistia e lutava pela garantia de direitos básicos da população e por uma luta política democrática e justa. Manter-se sereno e determinado, mesmo com todas as prerrogativas da censura, que massacravam o jornal em todas as edições, foram a premissa para a luta por dias melhores que seus fundadores buscavam em 1975. Se hoje existe democracia e garantia de direitos básicos, o Jornal Movimento tem grande parcela de responsabilidade.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carlos de; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento: Uma reportagem*. 1ed. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARVALHO, Lucas Borges de. *A Censura Política à Imprensa na Ditadura Militar: Fundamentos e Controvérsias*. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba*, v.59, nº01, p. 79-100, 2014.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

DIÁLOGO e constituinte. *Jornal Movimento*, São Paulo, p.2, 26 set. 1977.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GODOY, Arilda Schimdt. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUSHINIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalista e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial; FAPESP, 2004.

LAGO, Claudia, BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. São Paulo: Vozes, 2007.

MANZOLILLO, Vera Lúcia. Cassados (Para sempre?). *Jornal Movimento*, São Paulo, p.2, 13 mar. 1978.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Ed Unesp, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e discursos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

SOUZA, Mauricio Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

Contatos: portodouglas@outlook.com.br e paulo.pinto@mackenzie.br